

A IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS-PORTUGUÊS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Silvana Aguiar dos Santos*
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo propõe-se a descrever elementos importantes da operacionalização dos serviços de tradução e de interpretação em universidades federais da região sul do Brasil. Tomando como referência alguns autores do campo disciplinar dos Estudos da Tradução, como Ozolins (2010), Baker e Saldanha (2009), Baker (2006) e Tymoczko (2007), discutem-se questões que envolvem a interpretação comunitária, seus desafios, e as perspectivas de implementá-la no âmbito do serviço público. A orientação metodológica segue a abordagem qualitativa com foco na pesquisa descritiva. Nesse sentido, foi realizado um levantamento utilizando como corpus de análise os servidores efetivos tradutores e intérpretes de Libras-Português das universidades federais da região sul. As perguntas norteadoras foram as seguintes: quem são os tradutores e os intérpretes de Libras-Português na região sul? Qual o nível de formação desses profissionais? Os resultados constataram 76 servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português efetivos nas universidades estudadas, a maioria com graduação ou especialização. Uma parcela menor desses profissionais tem mestrado e doutorado. Outro resultado apresentado foi o percentual de servidores distribuídos por estados e por universidades federais da região sul. Por fim, apontamos em quais áreas do conhecimento os servidores tradutores e intérpretes desenvolveram suas pesquisas até o momento.

Palavras-chave: Tradução-interpretação. Implementação. Universidades Federais.

* Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora-Adjunta do Departamento de Artes e Libras – Estudos da Tradução e Interpretação de Libras da UFSC. Vice-líder do grupo de pesquisa InterTrads – Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais. Florianópolis. Santa Catarina, Brasil. E-mail: aguiar.sil@gmail.com



IMPLEMENTING THE TRANSLATION AND INTERPRETING SERVICE OF LIBRAS-PORTUGUESE IN FEDERAL UNIVERSITIES

Abstract: This article describes important elements of the operationalization of sign language translation and interpretation services in southern Brazil federal universities. Using as reference some authors of the disciplinary field of Translation Studies, such as Ozolins (2010), Baker and Saldanha (2009), Baker (2006), and Tymoczko (2007), this article discusses issues that involve community interpreting, its challenges and perspectives of implementation in the scope of public service in Brazil. The methodological orientation follows the qualitative approach with focus on descriptive research. Therefore, a survey was carried out to analyze the situation of Brazilian Sign Language-Portuguese translators and interpreters who are regular civil servants and work at the federal universities of Brazilian southern states. The guiding questions for that matter are the following ones: who are the translators and interpreters of Brazilian sign language in southern Brazil? Which is the level of education of those professionals? The results registered 76 regular servants in the universities investigated, most of which have an undergraduate degree or specialization. Fewer of them have master's and doctoral degrees. Other results include their distribution by state and by university, and the areas of knowledge in which they have developed research so far.

Keywords: Translation-interpretation. Implementation. Federal Universities.

Introdução

Debater sobre a implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para o português em nosso país nos convoca a circular em um escopo maior de discussão, a saber, o campo da interpretação comunitária, também chamada em alguns países de interpretação em serviços públicos. No Brasil, o termo interpretação comunitária raramente tem sido empregado nas pesquisas sobre interpretação, quer seja de línguas orais ou de sinais.

Rodrigues (2010) e Queiroz (2011) destacaram-se como precursores no desenvolvimento de investigações que tratam dessa área

com afiliação aos Estudos da Tradução e/ou Estudos da Interpretação em nosso país. Rodrigues (2010) realizou um panorama da interpretação comunitária até a interpretação de conferências, abordando os desafios que se colocam na formação de intérpretes de língua de sinais. Queiroz (2011) tratou a interpretação médica no Brasil, apresentando abordagens teóricas e definições, assim como comparações entre o estado de desenvolvimento da interpretação médica no Brasil e nos Estados Unidos.

Queiroz (2011) concorda com Carr et al. (1995), que afirma que o termo “*community interpreting*” (interpretação comunitária) é definido como uma interpretação que “permite que pessoas não fluentes na(s) língua(s) oficial(is) de um país possam se comunicar com provedores de serviços públicos de forma a facilitar acesso igual e integral a serviços legais, médicos, educacionais, governamentais e serviços sociais”.¹ Como apontam Carr et al. (1995), Baker e Saldanha (2009) e Ozolins (2010), o campo da interpretação comunitária é atravessado pelas políticas linguísticas adotadas em um determinado país.

No campo internacional, por exemplo, Ozolins (2010) descreve e analisa os fatores que determinam a prestação do serviço público no que se refere à interpretação, concentrando-se, especialmente, na motivação dos governos e na respectiva implementação dos serviços linguísticos. O autor alerta para a necessidade de visualizar três categorias importantes na implementação dos serviços, quais sejam: as leis e demais resoluções normativas, que pressionam os governos a agir favoravelmente para providenciar serviços linguísticos e de interpretação; as coalizões² e/ou articulações de entidades interessadas, que pressionam o governo a cumprir o estabelecido na legislação; e, por fim, o número de iniciativas de abordagens intersectoriais ou de cooperação interinstitucional, que colaboram para que o governo se convença da importância de prover serviços de qualidade no que tange ao treinamento, à certificação, ao pagamento dos serviços implementados.

No cenário nacional, temos muitas pesquisas sobre o contexto comunitário, dedicadas principalmente ao contexto educacional,

como apontam Albres e Lacerda (2013), Santos (2013) e Pereira (2010). No entanto, poucos trabalhos dedicam-se a explorar a profissionalização. A implementação do serviço de tradução e de interpretação em instituições públicas federais ainda é escassa³.

Perscrutar e sistematizar as características da atuação desses profissionais colabora para que tenhamos um respaldo mais sólido sob a perspectiva das condições e limitações de trabalho às quais tradutores e intérpretes de Libras-Português estão expostos no meio acadêmico, especialmente nas universidades federais do Brasil. Quais as características desse tipo de trabalho? De que forma as instituições governamentais influenciam na implementação dos serviços de tradução e de interpretação? Como é possível implementar políticas que atendam as demandas de novos profissionais com relação a treinamento, certificação e qualidade de trabalho? Essas são algumas inquietações que se destacam em pesquisas desenvolvidas em diversos países.

Diante desse contexto, este artigo propõe-se, primeiramente, descrever elementos importantes na implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português e abordar alguns desafios enfrentados nas universidades federais para realizá-la. Em seguida, apresenta-se um levantamento dos tradutores e intérpretes de Libras-Português das universidades federais da região sul do Brasil e discutem-se seus resultados em relação a nível de formação acadêmica desses servidores e a sua distribuição por estados e por universidades. Por fim, encerra-se com as considerações finais, retomando alguns dos pontos principais da discussão e apontando questões que podem contribuir para a implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português.

1. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais

O termo implementação apresenta diferentes definições dependendo da área à qual está vinculado. Na área administrativa,

por exemplo, pode ser relacionado à instalação de algum processo gerencial; na área de políticas linguísticas, pode ter o sentido de colocar em prática determinadas diretrizes. De modo mais geral, definições relacionadas a executar algo, efetuar, pôr em prática e sistematizar são comuns no cotidiano acadêmico para esse termo. Neste trabalho, inserido no campo disciplinar dos Estudos da Tradução, o termo relaciona-se a uma série de medidas e esforços empregados para sistematizar as rotinas de trabalho do serviço de tradução e de interpretação de línguas de sinais.

Na Suécia, por exemplo, Baker e Saldanha (2009) afirmam que um dos fatores propulsores da implementação de políticas públicas englobando os serviços de interpretação foram as imigrações de diversas nacionalidades a partir da década de 1960. As autoras ressaltam, inclusive, o aumento do número de intérpretes de língua de sinais nos últimos anos naquele país, embora não sejam suficientes para suprir a demanda. Ozolins (2010) afirma que compreender as políticas linguísticas adotadas pelos governos permite entender de forma mais abrangente a sua influência nos serviços de tradução e de interpretação, na alocação dos recursos investidos na qualificação e certificação dos profissionais que prestam esses serviços.

No contexto brasileiro, as universidades federais são um profícuo espaço para refletir sobre alguns elementos importantes na sistematização das rotinas de trabalho de tradutores e de intérpretes de Libras-Português. Assim, é a partir delas que se delinea o presente trabalho. Não se pretende oferecer um manual que liste as diretrizes a serem seguidas, pois consideramos que cada contexto é único e singular, merecendo ser analisado conforme seus propósitos em relação à implementação desses serviços. Porém, busca-se chamar a atenção para a falta de clareza dos gestores institucionais sobre o papel dos tradutores e dos intérpretes de Libras-Português em universidades federais, que parece ser uma constante, pelo que se observa em experiências cotidianas na solicitação dos trabalhos de tradução ou de interpretação, nos discursos em salas de aulas, nas reuniões, nas atas e outros materiais.

Aliada a essa observação, nota-se uma mistura de expectativas quanto às atribuições desses profissionais no meio universitário, esperando-se deles a atuação em múltiplos contextos dentro dos espaços acadêmicos. Vale mencionar que essa pluralidade de contextos de atuação é amplamente cobrada pelas instituições federais de ensino, ainda que a maioria dos tradutores e intérpretes tenha sido contratada para exercer suas atividades no nível de classificação D (cargo com exigência apenas de ensino médio).

Nesse sentido, *é fundamental que os tradutores e intérpretes de Libras-Português repensem o espaço alocado para a prestação dos seus serviços nas universidades federais*. Em algumas situações, esses profissionais estão dispersos em diferentes setores ou faculdades pertencentes à instituição, dificultando-se com isso a possibilidade de diálogos e troca de aprendizagens com seus pares. A formação de equipes de tradução e de interpretação de Libras-Português alinhadas a concepções de tradução e de interpretação estabelecidas junto ao campo dos Estudos da Tradução ou Estudos da Interpretação fortalece e corrobora a sistematização *de um trabalho de qualidade*.

Embora não tenha tratado das universidades federais, Ozolins (2010) ressalta que não basta apenas delimitar uma prestação generalizada de serviços linguísticos, mas, sim, *é preciso* refletir sobre o planejamento e a avaliação das políticas adotadas, os programas de qualificação e certificação dos profissionais. Hammond (1994), juntamente com diversos pesquisadores, ao tratar sobre questões profissionais relacionadas a tradutores e intérpretes, destaca uma série de elementos que, na nossa concepção, influenciam na implementação desses serviços. Alguns desses temas são: as diferentes perspectivas e motivações que embasam a atuação profissional de tradutores e intérpretes, a *ética* profissional, os desafios da tecnologia e o papel da universidade na profissionalização do tradutor — e, acrescentamos, do intérprete.

Todos esses elementos entram em cena na composição de uma equipe e podem ocasionar desafios dependendo da forma como são geridos administrativamente. Dessa forma, *é de fundamental importância* refletir e considerar, para o exercício da tradução e da

interpretação, as diferentes competências que atravessam o ato tradutório e o interpretativo. Por exemplo, constituem o cotidiano de tradutores e de intérpretes de Libras-Português nas universidades federais brasileiras:

- competências linguísticas (diferentes níveis de proficiência e suas implicações para a tradução e a interpretação);
- competência tradutória (identificar problemas de tradução e encontrar soluções);
- competências interpessoais (saber trabalhar em equipe criando diferentes formas satisfatórias de lidar com as múltiplas diferenças e motivações pessoais e da instituição);
- competências culturais (ligadas aos diversos públicos que usufruem dos serviços de tradução e de interpretação);
- competências linguísticas (lidar com os diferentes pares de línguas e seus contrastes);
- competências de áreas especializadas para tradução e interpretação;
- competências de cunho operacional-administrativo (coordenadorias de tradução ou interpretação, sistematização dos trabalhos e registro dessas atividades por meio de dossiês, relatórios e protocolos).

Diante disso, as equipes de tradução e de interpretação de Libras-Português nas universidades federais podem ser problematizadas e analisadas sob diversos enfoques: do ponto de vista jurídico, do ponto de vista linguístico e tradutório, do ponto de vista cultural e institucional, apenas para mencionar alguns. Todas essas diferentes perspectivas influenciam a implementação dos serviços oferecidos. Por isso, nas próximas seções realizaremos algumas reflexões desses diferentes e múltiplos olhares sobre a implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português.

1.1 Do ponto de vista jurídico

Do ponto de vista jurídico, uma das dificuldades mais acentuadas para a implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português refere-se aos concursos públicos para esses profissionais. A maioria dos servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português é enquadrada no cargo de classificação D, com a nomenclatura de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais”, de acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Atualmente, uma parcela mínima desses servidores está enquadrada no cargo de classificação E com a nomenclatura de Tradutor/Intérprete (com exigência de ensino superior). A presença desse cargo de nível médio no PCCTAE, em uma época em que as políticas linguísticas em torno da Libras alcançaram uma evidência significativa em nosso país, é uma grande incongruência. De acordo com Leite (2009, p. 1, grifos do original),

Desta forma, tanto em termos de atribuições do cargo de tradutor e intérprete quanto em termos de estatuto da libras como língua, não há motivos justificáveis para se designar um cargo de tradutor e intérprete de *libras* como um cargo distinto do de tradutor e intérprete de *línguas*. Isso nos leva a crer que distinção entre esses dois cargos na legislação brasileira seja herança de um período histórico em que a libras, embora levada em consideração por legisladores e pela sociedade de modo geral, não era *plenamente reconhecida como uma língua natural*, com estatuto igual ao das línguas orais.

Nesse sentido, mobilizações nacionais em torno desse tema foram promovidas desde o ano de 2009 pelos próprios profissionais e por entidades de lutas (sindicatos, associações e outras). Recentemente, uma dessas mobilizações foi a declaração resultante do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, ocorrido na Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC) em novembro de 2014. Nela constam as deliberações finais das duas sessões temáticas: a primeira sobre o posicionamento na carreira (cargos com nível de classificação D e E, leis e documentos normativos que definem a carreira institucionalmente e qualificação profissional) e a segunda sobre operacionalização dos serviços na instituição (carga horária, revezamento e trabalho em equipe, campos de atuação, centralização de serviços e regimentos).

As temáticas abordadas no Fórum corroboram a relevância de implementar o exercício profissional. No entanto, esse assunto em termos de pesquisa é pouco explorado em nosso país. Não temos periódicos especializados de tradução e interpretação que proporcionem a circulação desses assuntos que interessam à profissionalização de tradutores e de intérpretes de Libras-Português. Uma das propostas deliberadas pela declaração mencionada acima consiste na:

[...] formação de uma comissão junto ao MEC para tratar e dar suporte no sentido de definir diretrizes aos assuntos relacionados ao cargo de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das IFES, contando com representantes dos técnicos, entidades da sociedade civil organizada e especialistas da área (Linguística, Estudos da Tradução e Interpretação de Libras).⁴

Dessa forma, uma das medidas que contribuem para a implementação adequada dos serviços, enquanto não há uma diretriz nacional que oriente a atuação do tradutor e do intérprete de Libras-Português, é a criação de protocolos e regimentos de atuação da equipe. Os protocolos⁵ auxiliam e orientam os usuários a solicitar os diferentes tipos de tradução e de interpretação: atividades permanentes, traduções de textos acadêmicos, atividades de plantão, interpretação em eventos, na sala de aula, entre outros. Quanto ao regimento interno, desempenha um papel importante na medida em que estabelece normas que orientam a atuação profissional.

1.2 Do ponto de vista linguístico e tradutório

Na composição de uma equipe, merece um destaque especial a competência linguística e tradutória dos profissionais que a compõem, fundamental na prestação de um serviço de qualidade. Portanto, atividades de formação continuada que desenvolvam essas competências podem trazer contribuições relevantes para a implementação do serviço de tradução e de interpretação. Na perspectiva adotada pelo grupo *Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i Avaluació* (PACTE), a competência tradutória é composta por um sistema de subcompetências (bilíngue, extralinguística, estratégica, instrumental, conhecimentos sobre tradução e componentes psicofisiológicos).

As demandas de tradução e de interpretação às quais os profissionais da tradução estão expostos exigem uma série de desdobramentos a fim de aprimorar essas subcompetências. Além disso, mais do que a operacionalização dos serviços em si, a equipe precisa estar atenta para a concepção teórica de tradução que respalda e delinea as tomadas de decisão. Em termos de abordagens teóricas, Hurtado Albir (1999, 2001) reforça as diferentes perspectivas pelas quais a tradução pode ser definida: como uma atividade comunicativa, como operação entre textos, como uma atividade cognitiva focando no ato de traduzir ou ainda em uma definição integradora.

A consideração dessa complexidade envolvida nos processos de tradução, no ato tradutório propriamente dito e no profissional que executa a tarefa de traduzir é central na constituição de uma abordagem integradora da tradução como a defendida por Hurtado Albir (2001, p. 41): “a tradução é um processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto com os meios de outra língua, que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada”. Pensar em ações que sejam eleitas com base em uma abordagem integrada permite à equipe desenvolver diferentes perspectivas de trabalho: voltadas aos processos de tradução, ao ato tradutório ou ainda com foco no profissional.

Essa abordagem integradora, quando nos voltamos para o profissional da tradução e interpretação, pode articular-se com diferentes estágios de desenvolvimento da competência tradutória. Nesse sentido, a fim de aprofundar o conhecimento da equipe de tradutores e de intérpretes sobre os diferentes processos de profissionalização, as competências que constituem o ato tradutório, os diferentes contextos de atuação e as complexidades envolvidas, faz-se necessária a criação de grupos que discutam periodicamente tais temas.

Nesse espaço, iniciativas para sistematizar as rotinas e planejar e avaliar pautas gerenciadas pelo grupo são fundamentais para o desenvolvimento da equipe de tradução e interpretação. Além disso, à medida que associa teoria e prática, tomando como base o campo disciplinar dos Estudos da Tradução e suas diversas abordagens, a equipe consegue uma metarreflexão sobre a qualificação dos serviços prestados à comunidade acadêmica, bem como sobre o empoderamento dos tradutores e intérpretes.

Vale ressaltar que a implementação dessas medidas sistemáticas nem sempre ocorre livre de tensões. Às vezes, as exigências institucionais ou mesmo dos usuários dos serviços de tradução e de interpretação são priorizadas, frente à alta demanda por serviços a serem prestados, em detrimento de um espaço de qualificação e construção de uma metarreflexão das práticas tradutórias e interpretativas. Essas tensões e relações de poder se tornam evidentes quando tratamos algumas reflexões do ponto de vista cultural e institucional.

1.3 Do ponto de vista cultural e institucional

Nos Estudos da Tradução, elementos como mediação cultural, recepção da tradução, finalidade da tradução ou ainda público-alvo são amplamente discutidos por vários autores de diferentes correntes teóricas. Hurtado Albir (2001) classifica as diferentes abordagens teóricas tratadas na Tradutologia⁶ em cinco tipos de enfoques: enfoques linguísticos, enfoques textuais, enfoques cognitivos, enfoques filosóficos e hermenêuticos e por fim, enfoques co-

municativos e socioculturais. No caso dos tradutores e intérpretes de Libras-Português, os desafios cotidianos que estes enfrentam, no que se refere aos diferentes contextos culturais dos usuários de seus serviços, assim como às relações de poder entre a comunidade surda e a ouvinte, são elementos que interessam aos enfoques comunicativos socioculturais.

Baker (2006) e Tymoczko (2006) abordam a importância do papel do tradutor e do intérprete e a forma como esses papéis são representados em contextos sensíveis de tradução envolvendo processos políticos. Embora tais autoras analisem outros contextos envolvendo conflitos mais acentuados e com realidades mais distantes da institucionalização do meio acadêmico, ainda assim representam as tensões enfrentadas por tradutores e por intérpretes. Ou seja, conhecer as culturas envolvidas nos processos de tradução e de interpretação, distinguir os diversos perfis dos usuários desses serviços e as consequências que isso trará à equipe de tradução ou de interpretação, compreender as tensões na relação entre professores, coordenadores institucionais, alunos e funcionários, é primordial na implementação das tarefas tradutórias e interpretativas.

Do ponto de vista institucional, a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Português nas universidades federais é muito recente. As formas como as relações interpessoais e profissionais são construídas entre a equipe e os demais membros das instituições acadêmicas convoca a comunidade universitária a repensar as solicitações de trabalho, os critérios estabelecidos frente a essas demandas e a infraestrutura oferecida pelas universidades. Conhecer os processos organizacionais (tramitações, órgãos/setores responsáveis por determinadas decisões, formas de institucionalizar o trabalho) é vital para que as práticas de tradução e interpretação possam ter um impacto satisfatório de acordo com o tipo de instituição. Nessa perspectiva, os tradutores e intérpretes são, também, agentes da tradução.

[...] mudanças em uma área acadêmica em direção a abordagens pós-positivistas, como ocorreu nos estudos

da tradução, trarão consigo considerações relativas à ética e à ideologia, incluindo as perspectivas de diversos grupos culturais e de diversos indivíduos. No caso dos estudos da tradução, tais considerações convergiram na ideologia dos processos e produtos tradutórios, assim como na posição ética e no empoderamento dos tradutores, os agentes da tradução. (TYMOCZKO, 2007, p. 191, tradução nossa).

Ao constatarmos o aumento significativo de servidores efetivos exercendo a tradução e interpretação de Libras-Português, podemos relacionar esses profissionais com as afirmações de Tymoczko (2007), embora a autora não tenha incluído reflexões sobre tradução e interpretação de língua de sinais. Dito de outra forma, a abertura de novas perspectivas sobre língua de sinais e a emergência de novos elementos constituintes das questões éticas e culturais propiciaram um ambiente favorável ao empoderamento dos agentes da tradução.

Dessa forma, temáticas como a ética, o papel da instituição, as pautas reivindicatórias dos tradutores e intérpretes e as diferentes perspectivas dos usuários dos serviços são potenciais elementos para serem investigados academicamente e, mais ainda, para serem negociados e tratados no espaço institucional. A busca pela profissionalização dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português pode ocasionar desgastes de diferentes ordens, pois as posturas adotadas tanto pelos usuários do serviço quanto pelos tradutores e intérpretes nem sempre estão em consonância.

A mudança ocorrida nos perfis de atuação de tradutores e intérpretes de Libras-Português e na postura dos usuários de seus serviços é um aspecto que precisa ser considerado, tanto do ponto de vista cultural quanto do institucional. Um processo similar ocorreu nos Estados Unidos, conforme analisado por Cokely (2005), que ressalta elementos sobre a institucionalização da certificação de intérpretes.

Esse processo de certificação acabou resultando em certo afastamento da comunidade surda. Cokely (2005) e Russo (2009) refletem

sobre esse processo de afastamento e os efeitos gerados na profissionalização desse grupo. No contexto brasileiro, essa reflexão sobre a profissionalização e seus efeitos, se analisados do ponto de vista cultural ou institucional, já foi tema de debates, ainda que incipientes. Santos (2013), por exemplo, resgata a palestra do professor Dr. Rodrigo Rosso Marques, no Projeto Interdisciplinar do Curso de Letras-Libras no dia 10 de outubro de 2012, na qual ele salientou

dois conceitos para referir-se aos intérpretes, quais sejam, *“intérpretes institucionais e intérpretes culturais”*. Quanto aos intérpretes institucionais, ele destacava as novas posturas adotadas por estes profissionais em busca da profissionalização, diferentemente dos intérpretes culturais, que conheciam profundamente a comunidade surda, as concepções que essa comunidade detinha sobre a sociedade de forma geral. (p. 100).

Por fim, ao falarmos sobre implementação dos serviços institucionais no que se refere à tradução e à interpretação, uma série de revisões e posturas precisam ser problematizadas no meio universitário. A seguir, refletimos sobre algumas delas, que representam os principais desafios nessa implementação.

1.4 desafios da implementação dos serviços de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais

Constantemente, os tradutores e os intérpretes de Libras-Português recebem diversas solicitações para atuar em diferentes contextos de trabalho, tais como: contextos de atendimentos médico-hospitalares e atendimentos clínicos (perícias, consultas, emergências, tratamentos psicológicos e outros); contextos religiosos (cultos ecumênicos em formaturas ou outras atividades); contextos legais (reuniões com procuradores, assessores ou advogados); contexto administrativo (reuniões em pró-reitorias, reitorias, departamentos,

visitas técnicas e outros); contextos de conferências em diferentes campos do saber; contextos de tradução audiovisual (legenda, dublagem e outros); contextos artístico-culturais (festivais, musicais, espetáculos, teatro e outros) ou ainda contextos como emergências ambientais (tragédias envolvendo incêndios, enchentes, em apoio a órgãos do governo como a defesa civil e outros).

Para o oferecimento de um serviço de qualidade que possa atender todas as demandas existentes na instituição, o quadro de tradutores e de intérpretes deve ser ampliado a partir de levantamento de necessidades, dada a pluralidade de espaços aos quais os profissionais estão expostos e a sobrecarga de trabalho frente a esses diversos contextos de atuação. Algumas posturas relacionadas às práticas pedagógicas necessitam ser revistas para que a implementação ocorra de fato: o contato prévio com os solicitantes do serviço e a disponibilização do material para possibilitar a preparação com antecedência da interpretação ou tradução pelos profissionais; ajustes metodológicos necessários em sala de aula; a prestação de informações à comunidade acadêmica sobre o funcionamento do serviço de tradução e interpretação de língua de sinais; a exigência de revezamento do tempo de interpretação e as formas distintas da “técnica de apoio” exercidas entre os intérpretes.

Alguns elementos de ordem técnica ou tradutória podem ser incorporados na rotina dos tradutores e intérpretes, como preparação de escalas (atividades fixas + atividades de plantão), treinamento para uso avançado de ferramentas tecnológicas, discussão e análise do atendimento via interpretação remota ou central de intérpretes, gravação de determinadas atividades para estudo e avaliação de traduções ou interpretações entre a equipe, formação continuada com temáticas de interesse da equipe, levantamento das demandas de tradução e de interpretação na instituição e criação de um *site* institucional com a apresentação do grupo.

Essas ações a favor da implementação não podem ser tomadas como atitudes isoladas institucionalmente, pois estão conectadas a uma dimensão política mais ampla. Ou seja, os profissionais da tradução e da interpretação, os usuários desses serviços e os gestores

institucionais estão diante do desafio de equilibrar as demandas e de gerenciá-las no cotidiano acadêmico. Conforme Ozolins (2010) explica, há uma política governamental que pode ou não colaborar para o oferecimento de serviços de tradução e interpretação. O autor destaca que o sistema político que rege um país (se é federalismo ou unitarismo) ou diferentes modelos de políticas públicas são alguns dos elementos que agem de forma direta na implementação dos serviços de tradução e de interpretação.

A partir dos aspectos discutidos acima, conhecer as demandas locais e regionais das instituições, as necessidades dos próprios tradutores e intérpretes, os desafios no oferecimento dos serviços de tradução e interpretação colabora para o desenvolvimento de políticas públicas e o fortalecimento da profissionalização dessa categoria. Nesse sentido, para reunir dados que ajudem a refletir sobre a implementação, investigamos o perfil dos tradutores e intérpretes de Libras-Português nas universidades federais da região sul do Brasil. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos a seguir.

2. Servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português nas universidades federais da região sul

Nos Estudos da Tradução, pesquisas de cunho historiográfico, de acordo com Pagano (2001), apresentam diferentes vertentes e objetos que podem ser investigados. A ocorrência de pesquisas com foco na atividade tradutória é bastante significativa na literatura da área. Com menor frequência, encontramos pesquisas que se concentram no tradutor ou no intérprete a partir da perspectiva do próprio profissional. A visibilidade do tradutor tem sido algo amplamente debatido nas ações interinstitucionais que discutem os Estudos da Tradução ou ainda:

A visibilidade do tradutor como agente social, cultural e histórico, com forte inserção política e ideológica, não pode mais ser ignorado pelos órgãos nacionais responsáveis pelo

fomento da pesquisa. É preciso que esses órgãos ligados às instâncias governamentais, do Estado e as IES tenham plena ciência da importância dos Estudos da Tradução no Brasil [...] (PEREIRA; TORRES, 2012, p. 1).⁷

Ou seja, essa menção ao profissional da tradução corrobora a vertente defendida por Tymoczko (2007), a qual também concorda que tradutores (e, podemos acrescentar, intérpretes) desempenham um papel enquanto agentes da tradução. Considerando as questões mencionadas nas seções anteriores, as contribuições teóricas de Tymoczko (2007) e Ozolins (2010), busca-se neste artigo destacar a importância dos tradutores e intérpretes de Libras-Português nas universidades federais. Para isso, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se do aporte da pesquisa descritiva para analisar os resultados constatados por meio de um levantamento referente aos servidores efetivos tradutores e intérpretes de Libras-Português das universidades federais da região sul do Brasil.

As perguntas norteadoras foram: quem são e onde estão os tradutores e intérpretes de Libras-Português na região sul e qual seu nível de formação? No sentido de elencar argumentos que ofereçam respostas a essas indagações, foram organizadas as seguintes etapas. Primeiramente, procurou-se no site da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a listagem das universidades federais da região sul, pelo que se chegou a um total de onze instituições. Em seguida, foi organizada uma tabela contendo as seguintes categorias: nome dos servidores, universidades federais às quais pertenciam, local de lotação⁸, estado, nível de formação acadêmica, ano de conclusão e título da pesquisa (em caso de servidores que tinham concluído mestrado e/ou doutorado).

Os dados foram coletados no período de maio de 2014 a junho de 2015⁹. Foram utilizadas três técnicas de verificação dos dados, a saber: Portal da Transparência (Controladoria-Geral da União)¹⁰, Currículo Lattes dos servidores (atualizado nos últimos três meses) e dados disponíveis nas listagens do quadro de pessoal das univer-

sidades. Poucas universidades mantinham seus quadros de servidores atualizados. Dessa forma, quando não foi possível localizar os dados nos sites institucionais das respectivas universidades, acionamos as redes de pesquisadores da área de Língua de Sinais de forma geral a fim de confirmar as informações mencionadas acima.

Cabe ressaltar que na região sul, das onze universidades investigadas, quatro delas (Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Catarina) foram polos dos cursos de Letras-Libras na modalidade a distância nas edições de 2006 e/ou 2008, facilitando assim a obtenção de contatos que confirmassem as informações solicitadas. Por outro lado, buscar dados junto às universidades federais criadas há pouco tempo foi um dos desafios encontrados na pesquisa. Os resultados obtidos são descritos a seguir.

2.1 Análise dos resultados

Do total de 11 universidades levantadas no estudo, seis pertencem ao estado do Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

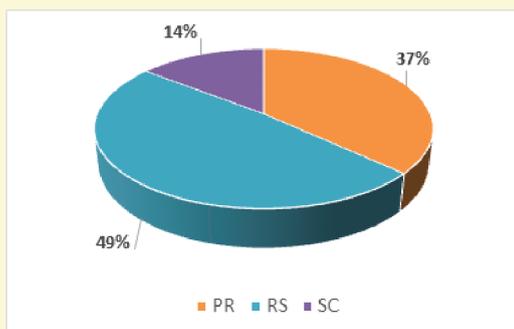
No estado do Paraná foram registradas três: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Quanto ao estado de Santa Catarina foram registradas duas: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)¹¹.

A seguir discute-se a distribuição de servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português por estado da região sul e por universidade. Por fim, apresentam-se os dados referente à formação acadêmica desses servidores.

2.1.1 Distribuição por estado

Dos 76 servidores efetivos tradutores e intérpretes de Libras-Português contabilizados, 49% localizam-se no Rio Grande do Sul, 37% no Paraná e somente 14% em Santa Catarina.

Gráfico 1: Porcentagem de servidores distribuídos por estados



Fonte: dados da autora (2015)

Os dados obtidos e representados nesse gráfico não devem ser analisados de maneira isolada, pois em termos históricos cada um dos estados desempenhou um papel importante sob diferentes aspectos, que contribuiu para o avanço e para o aumento da visibilidade da língua de sinais. Esses avanços, sejam do ponto de vista da pesquisa ou dos movimentos sociais de surdos, exercem influência sobre as políticas adotadas nos respectivos estados. Desde o final dos anos noventa, temos registros, por exemplo, de cursos livres de formação de intérpretes de língua de sinais no estado do Rio Grande do Sul, como mencionam Quadros e Santos (2010) ao referir-se ao curso oferecido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos em parceria com a UFRGS no ano de 1997.

Quadros (2006) tratou as políticas linguísticas e a educação de surdos no estado de Santa Catarina apresentando um panorama de

ações, providências e desafios enfrentados no estado. Ao consultarmos essa publicação, verificamos um total de 48 ocorrências para a palavra “intérprete”, o que demonstra um índice acentuado de possíveis perspectivas que envolvem esse profissional (desafios, implementação de propostas, nomenclaturas, discussão sobre competências, etc.).

No estado do Paraná, temos uma longa caminhada destinada às questões da língua de sinais, conduzida por movimentos sociais surdos (Feneis) ou por setores do governo (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, CAS e outros). Recentemente, movimentos relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e às escolas bilíngues são elementos que podem ter influenciado a maior visibilidade dos tradutores e dos intérpretes de Libras-Português.

Cabe destacar que todas as ações no âmbito estadual contribuem para a institucionalização no que tange ao provimento de vagas dos profissionais da tradução e interpretação no ensino superior, uma vez que ações em torno da língua de sinais aumentam consideravelmente. Na região sul, outro ponto de destaque refere-se à participação dos tradutores e dos intérpretes de Libras-Português em movimentos sociais, tais como associações, federações, confederações ou entidades de classe que defendem as pautas reivindicatórias da categoria.

Dessa forma, a integração entre os servidores efetivos tradutores e intérpretes de Libras-Português das universidades federais da região sul é fundamental, o que se estende para todas as demais regiões brasileiras. Um exemplo disso foi o I Fórum de Tradutores / Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, sediado no dia 9 de outubro de 2014 na UFPEL. O evento tratou de temas como: constituição da equipe e vinculação a uma divisão organizacional, atuação em duplas, condições de trabalho, demandas de tradução e de interpretação, articulações e políticas institucionais, concursos para tradutores e intérpretes nas universidades federais.

No estado de Santa Catarina, conforme mencionado anteriormente, no ano de 2014 a UFSC sediou o I Fórum de Tradutores

e de Intérpretes de Língua de Sinais das instituições federais de ensino. Portanto, vários eventos recentes têm colaborado para a articulação entre os servidores efetivos tradutores e intérpretes de Libras-Português dos estados da região sul. É importante que ocorra a expansão dessas articulações para outros estados brasileiros, pois isso qualificará a profundidade das discussões em torno da qualidade dos serviços prestados e favorecerá a profissionalização e uma melhor implementação dos serviços de tradução e de interpretação.

2.1.2 Distribuição por universidade

As reflexões sobre temas voltados à Libras, os aspectos educacionais e linguísticos das pessoas surdas ou ainda movimentos sociais surdos sempre tiveram expressão legitimada na região sul, o que pode ser um fator de influência na expansão dos serviços de tradução e interpretação de Libras-Português nas universidades federais. Conforme pode ser observado no quadro abaixo, a diversidade de locais de lotação é uma constante nessas universidades.

Quadro 1: Servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português em universidades da região sul

Universidade	Porcentagem	Lotação
UTFPR	20%	- Departamento de Educação - Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico - Assistência Estudantil (NUAPE).
UFSC	12%	- Centro de Comunicação e Expressão
UFPR	12%	- Coordenação do curso de Letras-Libras - Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL)
		- Unidade de Saúde Ocupacional e Acessibilidade - Departamento de Ciências Sociais e Humanas

UFSM	12%	- Comitê de Acessibilidade da instituição
UFPEL	12%	- Pró-Reitoria de Graduação
UFRGS	9%	- Pró-Reitoria de Recursos Humanos - Instituto de Letras - Campus Litoral Norte/Tramandaí
FURG	8%	- Diretoria de Desenvolvimento do Estudante
UNIPAMPA	6%	- Local de lotação não indicado
UFFS	5%	- Coordenação Acadêmica
UNILA	(3%)	- Serviço de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (SAPNE)
UFCSPA	(1%).	- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Fonte: dados da autora (2015).

Das universidades compiladas, a UTFPR apresentou o maior índice de tradutores e intérpretes de Libras-Português efetivos, totalizando 20%. Um dos fatores que pode ter influenciado o alto índice de tradutores e intérpretes de Libras-Português na UTFPR refere-se à sua abrangência, uma vez que a instituição conta com 13 campi distribuídos pelo estado do Paraná, nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

Conforme se observa no Portal da Transparência, o local de lotação desses servidores é bastante diverso, compreendendo desde o Departamento de Educação até o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE). Este núcleo, segundo informações colhidas no site da instituição, desenvolve trabalhos e ações em parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Embora a instituição detenha uma grande representatividade de tradutores e intérpretes de Libras-Português, eles foram efetivados somente no ano de 2013.

Já no grupo de universidades que mantêm 12% do total de ser-

vidores constatamos uma variedade maior com relação aos locais de lotação e aos anos de ingresso dos servidores nas instituições, além de diferenças na classe de enquadramento de alguns dos profissionais. Na UFSC, há um total de 9 servidores, sendo que 6 deles estão enquadrados no cargo de Tradutor/Intérprete nível E, uma realidade almejada por grande parte dos colegas de outras universidades federais brasileiras.

Vale ressaltar que a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) delibera em seu capítulo IV (“Do direito à educação”), artigo 28, parágrafo 2, inciso II que “os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras”. Ou seja, uma oportunidade singular e necessária de mudança do quadro de pessoal das universidades federais a favor da profissionalização dos tradutores e intérpretes de Libras-Português.

Ainda com relação à UFSC, os setores de lotação da maioria desses profissionais estão ligados à direção do Centro de Comunicação e Expressão do campus de Florianópolis, e o ano de ingresso varia entre 2010 a 2014. Nos campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, até o presente momento não foram registrados servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português efetivos. A UFSC desempenhou um papel central na região sul, pois foi a entidade promotora do curso de Licenciatura em Letras-Libras (destinado à formação de professores de língua de sinais) na modalidade de educação a distância a partir de 2006, tendo como polo a UFSM. No ano de 2008, ofereceu novamente o curso de Licenciatura em Letras-Libras e, pela primeira vez, o curso de Bacharelado em Letras-Libras (destinado à formação de tradutores e intérpretes), tendo a UFPR e a UFRGS como polos.

Em relação à UFPR¹² (Campus Curitiba, Campus Matinhos, Campus Avançado de Jandaia do Sul e Palotina), os dados mostram que a maioria dos servidores efetivos tradutores e intérpretes

de Libras-Português estão lotados em setores como: Coordenação do curso de Letras-Libras, Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL), Unidade de Saúde Ocupacional e Acessibilidade e Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

Com relação a UFRGS, os servidores estão lotados em diferentes locais como: a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, o Instituto de Letras e o Campus Litoral Norte/Tramandaí. A UFRGS, embora tenha destacada presença no cenário nacional como uma das primeiras universidades com ações voltadas à pesquisa sobre Libras e à formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português, efetiva seus profissionais da tradução recentemente, no ano de 2013.

De modo geral, pode-se visualizar no quadro 1 a diversidade dos espaços de lotação desses profissionais. A partir da constatação dessa diversidade, é possível compreendermos sua influência em diversas decisões cotidianas da área de tradução e interpretação de Libras-Português: conflitos e negociações de áreas, concepção de tradução e interpretação entrelaçada aos parâmetros de diferentes áreas, demandas e desafios de tradução e interpretação desconhecidos pela instituição, falta de autonomia dos coordenadores das equipes de tradução e interpretação, etc.

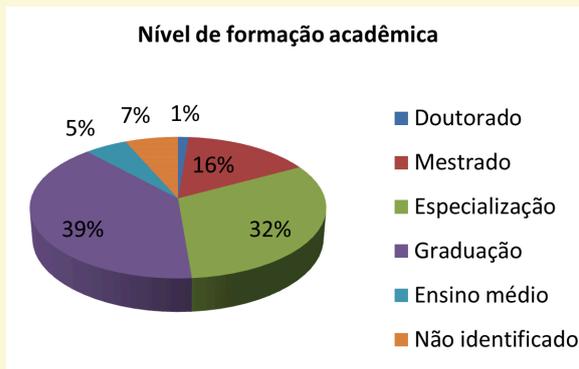
A partir desses resultados, conclui-se que a diversidade de locais de lotação, a efetivação recente dos profissionais e a falta de uma política que norteie a atuação dos tradutores e dos intérpretes de Libras-Português são elementos que dificultam a implementação dos serviços de tradução e interpretação nas universidades federais da região sul.

2.1.3 Formação acadêmica

De forma geral, a formação acadêmica do profissional da tradução e da interpretação é ainda pouco investigada no Brasil. Essa formação influencia a construção profissional no que se refere à carreira do servidor, mas também à forma como este gerencia suas demandas de tradução e de interpretação. O gráfico a seguir apresenta um panorama do nível de formação acadêmica dos tradutores e intér-

pretes de Libras-Português nas universidades federais da região sul.

Gráfico 2: Nível de formação acadêmica dos servidores



Fonte: dados da autora (2015).

Destacam-se dois pontos importantes a partir dos dados obtidos: (a) a precariedade das condições de trabalho e desvalorização do exercício profissional no cargo D e (b) as áreas que hospedaram as pesquisas de mestrado/doutorado produzidas pelos servidores tradutores e intérpretes nas diferentes instituições.

Conforme constatado no gráfico 2, um número significativo de servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português possuem mestrado, especialização e graduação. Em menor proporção, doutorado. Ou seja, uma das primeiras contradições existentes é o requisito solicitado nos editais de concursos de nível D para o cargo de “tradutor e intérprete de linguagem de sinais” (ensino médio completo + proficiência em Libras). O nível de formação acadêmica desses profissionais, constatado na pesquisa, corrobora que estes possuem uma formação além daquilo exigido em edital.

Dessa forma, existem profissionais formados aptos para preencher os requisitos do nível E, contrariamente às políticas implementadas pelo governo brasileiro, que insiste em manter os concursos

de nível D. Portanto, esse resultado pode indicar a existência de uma situação cômoda para o governo, que enquadra os tradutores e intérpretes de Libras-Português no cargo de nível D e assim pode ter profissionais altamente qualificados sem precisar pagar o valor maior correspondente.

Essa situação prejudica consideravelmente os processos de implementação dos serviços de tradução e interpretação, além de sucatear e desvalorizar a carreira dos profissionais da tradução e da interpretação de Libras-Português. Um documento intitulado “Sobre as vagas para tradutores e intérpretes de Libras e Português”, produzido pela UFSC em 2013, alertava para essa problemática:

No concurso realizado por meio do edital nº 80/DDPP/2011, as vagas destinadas ao cargo de tradutor/intérprete foram de nível E. A manutenção do nível E é fundamental uma vez que (i) do ponto de vista tradutório, a demanda é por profissionais qualificados, com competência tradutória e linguística de alto nível para a atuação nas atividades da UFSC (aulas da graduação, aulas da pós-graduação, eventos, reuniões acadêmicas, orientações de alunos, tradução de textos acadêmicos); atividades estas que **não são de competência técnica de tradutores de linguagem de sinais (nível D)**; (ii) do ponto de vista jurídico respaldamo-nos no disposto no inciso I do art. 19 c/c o art. 17 do Decreto n.º 5.626, de 22/12/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002. (Grifos do original).

Essa forma de tratamento governamental com relação aos profissionais da tradução e da interpretação de Libras-Português proporciona uma rotatividade dos tradutores e intérpretes que, em decorrência da desvalorização da sua carreira profissional, optam por fazer concursos na área de docência (seja na educação de surdos ou como professores de Libras) com salários mais atraentes, o que não contribui para implementar uma política de tradução e de interpretação nas universidades federais.

Não basta prover o serviço ou ainda focar apenas no treinamen-

to desses profissionais, mas sim, conforme salienta Ozolins (2010), é necessário refletir sobre suas condições de trabalho de maneira global e buscar melhorá-las. Dessa forma, planejar (do ponto de vista jurídico, linguístico e tradutório) articulando com todos os demais fatores que influenciam nas mudanças de implementação dos serviços é um constante desafio para a área de Libras, exigindo que as reflexões não sejam apenas de cunho operacional, mas também sobre as práticas e tomadas de decisão do fazer tradutório/interpretativo em seus cotidianos.

Para finalizar, analisamos as áreas que hospedam as pesquisas de mestrado e doutorado produzidas por servidores tradutores e intérpretes nas diferentes instituições.

Quadro 2: Formação acadêmica nos níveis de mestrado e doutorado

Nível Acadêmico	Quantidade	Área
Doutorado	1	Fonoaudiologia e Processos de Linguagem
Mestrado	5	Educação
Mestrado	3	Letras/Linguística
Mestrado	1	Estudos da Tradução
Mestrado	1	Educação Ambiental

Fonte: dados da autora (2015)

Constata-se um índice alto de pesquisas localizadas nas áreas da Educação e de Letras-Linguística. Ou seja, percebemos ser tímida a articulação de pesquisas desses servidores que investiguem as demandas sobre tradução e interpretação de Libras-Português. Temas como qualidade da interpretação ou tradução, demandas dos usuários dos serviços de tradução e de interpretação, revezamento na interpretação, componentes psicofisiológicos, saúde e segurança

dos profissionais raramente são alvo de pesquisas nos Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais. Isso não quer dizer que as pesquisas desenvolvidas na área de Letras/Linguística ou Educação não tenham uma interface profícua para o campo disciplinar dos Estudos da Tradução, mas existirem pesquisas sobre as questões profissionais contribuiria para um empoderamento da área e para reflexões pontuais sobre a implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português.

A implementação de um programa de formação continuada para as equipes de tradução e interpretação contribuirá na qualificação dos serviços oferecidos nos diferentes espaços de atuação desses profissionais nas instituições. Além disso, sugere-se que os programas de pós-graduação acolham as demandas dos tradutores e intérpretes de Libras-Português, a fim de que novas pesquisas possam emergir no contexto brasileiro. O desenvolvimento dessas pesquisas pode ser um dos fatores que contribuirá para a implementação de políticas públicas voltadas para esses profissionais.

Considerações finais

Neste trabalho, apresentaram-se alguns dos elementos centrais à implementação dos serviços de tradução e de interpretação de Libras-Português no meio acadêmico. Embora os dados levantados refiram-se às universidades federais da região sul do Brasil, as articulações de alguns pontos de vistas podem ser ampliadas para as demais universidades federais.

Um exemplo disso refere-se ao ponto de vista jurídico, no qual pesquisadores, tradutores e intérpretes e usuários dos serviços de tradução e interpretação Libras-Português reivindicam legalmente a ampliação de vagas destinadas a tradutores-intérpretes no nível E. Atualmente, a maioria das vagas disponíveis para tradutores-intérpretes de Libras-Português nas universidades federais são cargos de nível D, “Tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais”. O cargo de nível D é incompatível com as demandas e a complexidade

exigida dos profissionais da tradução e da interpretação no ensino superior. Esse cargo tem sido alvo de uma série de discussões que não devem restringir-se apenas às universidades federais da região sul, pois são de interesse no cenário nacional para a categoria de tradutores e intérpretes e para suas universidades.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas retratando a realidade de tradutores e de intérpretes de outras regiões do país, a fim de oferecer elementos importantes e subsídios teóricos e práticos para essa área em emergência. Este trabalho coloca um ponto de reflexão para o campo disciplinar dos Estudos da Tradução, a fim de que esse acolha em suas pesquisas, de forma mais evidente, as discussões voltadas para o profissional da tradução e da interpretação, não somente no par Libras-Português.

A sistematização e a documentação de rotinas exercidas pelos tradutores e intérpretes de Libras-Português ou ainda as demandas de infraestrutura, culturais, pedagógicas, linguísticas, tradutórias e interpretativas nas universidades federais precisam ser revisitadas. Algumas ações preliminares podem colaborar no processo de implementação dos serviços de tradução e interpretação de Libras-Português, como: eleição de um coordenador, criação de um e-mail institucional, criação de um regimento e de protocolos e cumprimento do estabelecido nesses documentos, proposição de projetos/programas de formação continuada dos profissionais, realização de reuniões sistemáticas, organização de um planejamento anual ou semestral, disponibilização de salas bem equipadas (com computadores de alta qualidade, acesso à internet, videoteca, ramal telefônico, *softwares* e glossários para estudos prévios, livros especializados e dicionários para consultas terminológicas, impressora, microfones, filmadoras, tripé), dentre outras.

Ou seja, não basta que os tradutores e intérpretes concentrem-se apenas nos processos de operacionalização das tarefas, pois estão expostos a demandas de tradução e de interpretação de alta complexidade. Essas tarefas exigem profissionais qualificados e preparação para seu exercício pleno. Além disso, a criação de um grupo de estudo formalizado institucionalmente para discutir as práticas

tradutórias e interpretativas exercidas pelos profissionais é um fator importante e que colabora para a implementação dos serviços prestados nas universidades.

Os pontos de vista do gestor, do público-alvo dos serviços e dos profissionais de tradução e interpretação podem oferecer pistas importantes para a estruturação de políticas públicas nessa área. Em alguns casos, os profissionais de tradução e interpretação de Libras-Português não desenvolvem autonomia suficiente para narrar suas próprias demandas, o que gera desconforto institucional entre eles e os usuários dos seus serviços.

Um desses desconfortos pode estar atrelado ao número insuficiente de tradutores e intérpretes que algumas universidades federais mantêm em seus quadros, dificultando o atendimento pleno de todas as demandas da instituição. Sugerem-se investigações que incluam o percentual de pesquisadores surdos usuários dos serviços de tradução e interpretação de Libras-Português, e que esses dados possam ser confrontados com o número de tradutores e intérpretes presentes nas instituições.

No levantamento de servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português das universidades federais da região sul constatou-se um total de 76 servidores, a maioria com graduação ou especialização. Uma parcela menor desses profissionais possui mestrado e doutorado. Avanços e conquistas referentes à tradução e interpretação de Libras-Português foram alcançados em nosso país, mas as contratações de profissionais tradutores e intérpretes por meio de concursos públicos no ensino superior ainda são problemáticas. Torna-se fundamental respostas mais contundentes da área de Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (tradutores e intérpretes de Libras-Português, pesquisadores e usuários dos serviços) a fim de pressionar o governo a tomar medidas que colaborem para a implementação dos serviços de tradução e de interpretação nas universidades federais.

Os resultados constatados nesta pesquisa contribuem para a implementação de políticas públicas de valorização dos profissionais da tradução e da interpretação. Ou seja, oferece elementos para

pensar em uma dimensão de atuação política e acadêmica por parte dos pesquisadores e profissionais da tradução. Nessa perspectiva, as mobilizações profissionais e acadêmicas articuladas nas universidades federais podem aumentar o número de ações concretas direcionadas a essa categoria.

Embora cada universidade tenha autonomia na gestão institucional, para efetivar ações concretas para a implementação dos serviços faz-se necessária a elaboração de diretrizes básicas sobre a atuação dos profissionais. Apesar de esse encaminhamento ter sido deliberado no I Fórum de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, realizado no ano de 2014 na UFSC, ainda não foi implementado pelo governo brasileiro.

Os elementos discutidos ao longo deste texto oferecem um passo inicial para refletir sobre a implementação dos serviços de tradução e interpretação de Libras-Português nas universidades federais. Contudo, é fundamental a articulação entre as universidades, os pesquisadores da área e os servidores tradutores e intérpretes para protagonizar um movimento que resulte em ações efetivas e que tenham uma linha norteadora pautada nos Estudos da Tradução. Não será produtivo se, em vez disso, cada universidade federal implementar diretrizes individualizadas que não estejam em consonância com a atuação qualificada de tradutores e intérpretes de Libras-Português.

Notas

1. Tradução de Mylene Queiroz. Sem acesso à citação original em inglês
2. Nesse sentido, uma proposta de evento que dialoga com as reflexões analisadas por Ozolins (2010) é o I Encontro Nacional de Municípios Plurilíngues, a ser sediado na UFSC em setembro de 2015. Um dos objetivos do evento centra-se no apoio aos governos e instituições no que tange à gestão das línguas e investimentos nas ações de cooficialização em nível municipal, com foco em elementos como regulamentação e implementação das leis.

3. Uma das pesquisas que tratou sobre o trabalho do tradutor e intérprete de Libras-Português nas universidades federais brasileiras foi realizada pelas pesquisadoras Sônia Romeiro, Isabela de Oliveira e Carla Couto Silvério, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa pesquisa encontra-se disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2014/2957.pdf>.
4. Declaração do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais de Ensino, 2014.
5. Um exemplo de protocolo, utilizado na UFSC, pode ser acessado no site: <<http://interpretes.paginas.ufsc.br/protocolo-de-atividades/>> .
6. Hurtado Albir (2001, p. 25) refere-se à Tradutologia como “a disciplina que estuda a tradução. Trata-se, portanto, de um saber sobre a prática tradutória. A Tradutologia é uma disciplina científica, que precisa também estabelecer relações com muitas outras disciplinas.”
7. Compromisso firmado em plano de trabalho do Grupo de Trabalho (GT) de Estudos da Tradução da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) durante o biênio 2012 a 2014.
8. Todos os dados coletados referentes à lotação seguem as informações presentes no site do Portal da Transparência.
9. Gostaria de agradecer de forma especial a todos os servidores tradutores e intérpretes de Libras-Português que colaboraram com informações complementares sobre o quadro de pessoal em suas respectivas instituições.
10. <http://transparencia.gov.br/servidores/Servidor-ListaServidores.asp>
11. A UFFS é uma universidade que contempla a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Fonte: <<http://www.uffs.edu.br/>> .
12. Para fins de documentação histórica, com base nos dados levantados nessa pesquisa constata-se que o servidor tradutor e intérprete de Libras /Português mais antigo na região sul foi Ringo Bez de Jesus, lotado na Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários (SEPOL) da UFPR – Litoral.

Referências

ALBRES, N.A.; LACERDA, C.B.F de. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. *Cadernos de Tradução*, v. 1, n. 31, p. 179-204, 2013.

BAKER, Mona. *Translation and conflict: a narrative account*. London: Routledge, 203 p., 2006.

BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. *Routledge encyclopedia of translation studies*. 2nd. ed. London: Routledge, 2009, 674 p. ISBN 9780415369305.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005, nº 246, ano CXLII, Seção 1, p. 28-30.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002, nº 79, ano CXXXIX, Seção 1, p. 23.

_____. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015, nº 127, ano, Seção 1, p.2-12.

CARR, Silvana E. et al. (Ed.). *The Critical Link: Interpreters in the Community: Papers from the 1st international conference on interpreting in legal, health and social service settings*, Geneva Park, Canada, 14 June 1995.

COKELY, D. Shifting Positionality: A Critical Examination of the Turning Point in the Relationship of Interpreters and the Deaf Community's. In: MARCHARK, Marc; PETERSON, Rico; WINSTON, Elizabeth A. (Orgs.). *Sign Language Interpreting and Interpreter Education: Directions for Research and Practice*. New York, Oxford University Press, 2005, p. 3-28.

I FÓRUM DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nov. 2014.

HAMMOND, Deanna L. (Ed.). *Professional issues for translators and interpreters*. [S.l.]: John Benjamins Publishing, 1994.

HURTADO ALBIR, Amparo. *Enseñar a traducir: metodología en la formación de traductores e interpretes*. Col. Investigación didáctica, Madrid: Edelsa; Grupo Didascalía S.A., 1999.

HURTADO ALBIR, Amparo. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: ALVES, F.; MAGALHAES, C.; PAGANO, A. *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 19-57.

HURTADO ALBIR, Amparo. *Traducción y traductología*. Cátedra, 2001.

LEITE, Tarcísio. *Solicitação de permanência de vagas para o concurso no cargo de tradutor-intérprete nível E no (par linguístico Libras/Português)*. Curso de Letras-Libras, UFSC, SC, 2009. p. 1-6. [material não publicado].

METZGER, Melanie. Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmico da interpretação comunitária. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). *Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, Cadernos de Tradução*, v.2, n.26. p. 13-61, 2010.

OZOLINS, Uldis. Factors that determine the provision of Public Service interpreting: comparative perspectives on government motivation and language service implementation. *The Journal of Specialised Translation*, v. 14, p. 194-215, 2010.

PAGANO, Adriana. *As pesquisas historiográficas em tradução*. Metodologias de pesquisa em tradução. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, p. 117-146, 2001.

PEREIRA, Maria C. P. Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. In: QUADROS, Ronice

Müller de (org.). Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 2, p. 99-117, 2010.

PEREIRA, Germana H.; TORRES, Marie-Hélène. *Plano de Trabalho do GT de Estudos da Tradução para o Biênio 2012-2014*. XXVII Encontro Nacional da ANPOLL, 2012. Disponível em: <<http://anpoll.org.br/gt/estudos-da-traducao/planos-de-trabalho/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

PÖCHHACKER, Franz. *Introducing Interpreting Studies*. London and New York: Routledge, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cad. Cedes*, v. 26, n. 69, p. 141-161, 2006.

QUADROS; Ronice Müller de; SANTOS, Silvana A. dos. O tradutor-intérprete de língua de sinais no Brasil: Ontem, hoje e amanhã. *Revista LSI - Lengua de Señas e Interpretacion*, v. 1, p. 91-114, 2010.

QUEIROZ, Mylene. *Interpretação médica no Brasil*. 134 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, SC, 2011.

RODRIGUES, Carlos H. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: Desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA, II, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

RUSSO, Ângela. *Intérprete de Língua de Sinais: uma posição discursiva em construção*. 133p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre-RS, 2009.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. *Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. 313 p. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução), Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis-SC, 2013.

TYMOCZKO, Maria. *Enlarging translation, empowering translators*. Manchester: St. Jerome, 2007.

_____. *Translation, resistance, activism*. Massachusetts: Univ. of Massachusetts Press, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). *Documento sobre as vagas para tradutores intérpretes Libras e Português*. Florianópolis: UFSC, 2013.

VASCONCELLOS, M. L. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar 'Estudos da Tradução'. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010.

WILLIAMS, J; CHESTERMAN, A. *The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

Recebido em: 15/07/2015

Aceito em: 30/09/2015